



Brito & Sukiennik

Ano I Edição nº 003 Brasília, agosto de 2008

Prezados senhores(as),

Diante da realidade de que as relações comerciais entre o Brasil e a Venezuela estão em seu melhor momento, com perspectiva de melhorias nos próximos anos, os **Doutores Rafaela Silva Brito e Bernardo Pablo Sukiennik** apresentam sua nova parceira, a **Dra. Priscila Larissa Arraes Mendes** (OAB/DF 23.623).

A **Dra. Mendes** nasceu em Brasília. Formou-se Bacharela em Direito pela Universidad Católica Andrés Bello – Venezuela, com diploma revalidado pela Universidade de Brasília (UNB). Ela é advogada com registro tanto no Brasil como na Venezuela. Assim, poderá trabalhar causas no Brasil e, principalmente, oferecer consultoria sobre o Direito da Venezuela.

Essa é mais uma iniciativa com o intuito de atender as complexas questões decorrentes do processo de integração sul-americano.

Atenciosamente,

Dra. Rafaela Silva Brito
OAB/DF 27.475

Dr. Bernardo Pablo Sukiennik
OAB/DF 23.342

América do Sul - Política	Comércio Exterior	Meio Ambiente	Decisões de Tribunais
<ul style="list-style-type: none">Tomam posse primeiros parlamentares eleitos para o Parlamento do blocoAprovada declaração contra reativação da Quarta Frota da Marinha dos EUA	<ul style="list-style-type: none">Venezuela tenta trocar Colômbia por BrasilBrasileiros mantêm investimento mesmo com crise na Argentina	<ul style="list-style-type: none">Adoção de política comum para Aquífero Guarani é recomendadaRegularização fundiária é o principal problema da Amazônia, diz Mangabeira Unger	<ul style="list-style-type: none">STJ inicia semestre com julgamentos de grande repercussãoDesembargadores consideram exame clínico válido para comprovar embriaguez

Tomam posse primeiros parlamentares eleitos para o Parlamento do bloco

Tomaram posse nesta segunda-feira (28), em Montevideú, os 18 novos representantes do Paraguai no Parlamento do Mercosul - os primeiros parlamentares eleitos diretamente pela população para o órgão legislativo regional. Logo em seguida, eles escolheram o novo vice-presidente paraguaio do Parlamento, Ynacio Mendoza Unzain, que agradeceu as boas-vindas oferecidas pelos colegas dos demais países do bloco e anunciou sua intenção de trabalhar para "romper as assimetrias" do Mercosul.

Eleito pela União Nacional dos Cidadãos Éticos (Unace), Unzain disse que a população de seu país tinha "muito desconhecimento" em relação à própria existência do Parlamento do Mercosul, no começo da campanha eleitoral. Aos poucos, relatou, os eleitores foram percebendo a importância da eleição, realizada sob a forma de listas partidárias. O primeiro colocado no pleito foi o Partido Colorado, seguido pelo Partido Liberal. Em terceiro lugar, veio a Unace.

- Existe agora muita expectativa em relação ao Parlamento do Mercosul. Os produtores primários de nosso país sentem que existem assimetrias e querem que sejamos portadores de suas reivindicações. Há muito interesse em que o Parlamento cumpra a sua parte para que toda a região se desenvolva por igual - afirmou

Unzain.

Os paraguaios foram os primeiros a eleger diretamente seus representantes para o Parlamento do Mercosul. Os demais membros plenos do bloco - Argentina, Brasil e Uruguai - também elegerão seus parlamentares pelo voto direto, juntamente com as próximas eleições gerais em cada país, na atual etapa de transição.

Os eleitores brasileiros escolherão seus parlamentares do Mercosul em 2010, quando também ocorrerão as eleições para deputado estadual e federal, senador, governador e presidente da República. Em uma etapa seguinte, deverão ocorrer eleições simultâneas para o Parlamento do Mercosul em todos os países do bloco.

Ao saudar os novos parlamentares paraguaios, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, ressaltou o êxito comercial alcançado até o momento pelo bloco, mas reconheceu a necessidade - lembrada por Unzain - de se enfrentarem as chamadas assimetrias, ou seja, as diferenças atualmente existentes no nível de desenvolvimento de cada país.

Entre as medidas que podem ser tomadas nesse sentido, enumerou o senador, estariam o fortalecimento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) e a ampliação das conexões viárias da região para que todos os países da América do Sul tenham acesso aos portos dos Oceanos Atlântico e Pacífico.

A posse dos primeiros parlamentares eleitos foi definida pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) como mais um passo em direção à consolidação do Parlamento do Mercosul. "Esse fato torna irreversível o processo de integração", afirmou.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Tomam posse primeiros parlamentares eleitos para o Parlamento do bloco. **Site oficial do Senado Federal do Brasil**. Brasília, jul. 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not82.htm>

Aprovada declaração contra reativação da Quarta Frota da Marinha dos EUA

O Parlamento do Mercosul aprovou nesta terça-feira (29), por 26 votos a favor e 11 abstenções, projeto de declaração apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que considera "inoportuna e desnecessária" a reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, cuja área de atuação é o Atlântico Sul. O texto ressalta que a América do Sul é uma região "pacífica e democrática", onde os eventuais conflitos são resolvidos segundo os princípios da não-intervenção e da solução negociada de divergências.

Criada em 1943, diante da ameaça nazista durante a Segunda Guerra Mundial, essa frota foi extinta em 1950 e acaba de ser recriada pelos Estados Unidos. Segundo o governo norte-americano, a Quarta Frota teria como principais objetivos ações de assistência humanitária e de prevenção do narcotráfico.

A declaração aprovada sustenta que o combate ao narcotráfico "pode e deve ser feito dentro dos parâmetros estabelecidos em inúmeros acordos bilaterais e multilaterais, num ambiente de cooperação diplomática pacífica e em estrita observância à soberania de todos os países". A militarização de conflitos e problemas regionais, alerta ainda o Parlamento, "poderá resultar em insegurança hemisférica e comprometer a integração da América do Sul e do próprio Mercosul".

Antes da votação do projeto, foi derrotado um requerimento apresentado por parlamentares uruguaios, que solicitavam o adiamento da votação e a análise da proposta pelas comissões permanentes do Parlamento do Mercosul. Co-autora do requerimento, a deputada Adriana Peña disse que poderia votar a favor da declaração se tivesse as informações necessárias sobre os motivos que levaram o governo norte-americano a reativar a frota.

Em defesa do projeto, Mercadante disse esperar que a renovação política dos Estados Unidos, que escolherão seu novo presidente em breve, possa levar o país a reconsiderar a sua decisão. Igualmente favorável, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu, contudo, a adoção, pelo Parlamento, de uma "posição madura", sem antiamericanismo. Por sua vez, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu a aprovação unânime da declaração - o que acabou não ocorrendo, principalmente por causa da abstenção de parlamentares do Uruguai e do Paraguai.

A bancada argentina, por sua vez, votou de forma unânime a favor do projeto. Segundo o parlamentar Roberto Godoy, a aprovação da proposta não significa a adoção de uma política antiamericana, mas atende a motivos baseados na História. "Já ocorreram no nosso continente intervenções diretas, que resultaram em ditaduras militares, e depois intervenções indiretas". O parlamentar Saúl Ortega, da Venezuela, também apoiou a

declaração, considerando a reativação da Quarta Frota "uma provocação e uma ameaça à paz regional".

Ao final da sessão, o presidente do Parlamento do Mercosul, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), considerou a aprovação do projeto como um dos fatos mais relevantes da 11a sessão do órgão, juntamente com a aprovação - ocorrida na véspera - de declaração em favor da unidade do Mercosul nas negociações promovidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na Rodada Doha.

- Entendemos que a reativação da Quarta Frota é uma agressão à soberania dos países da América do Sul. É uma provocação militar - disse Rosinha.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Aprovada declaração contra reativação da Quarta Frota da Marinha dos EUA. **Site oficial do Senado Federal do Brasil**. Brasília, jul. 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/default.htm>

Venezuela tenta trocar Colômbia por Brasil

Como em uma operação de guerra, aviões partindo dos aeroportos de Confins e Viracopos realizaram 120 vôos a locais estratégicos da Venezuela, em novembro do ano passado. Levavam seis mil toneladas de leite em pó, comprados pela PDVSA, a estatal venezuelana de petróleo, para abastecer as companhias estatais de alimentos e reduzir a falta do produto no mercado. A operação foi o exemplo mais espetacular da estratégia anunciada em 2007 ao governo brasileiro por Hugo Chávez e em plena ação neste ano: o aumento das compras, no Brasil, de bens de primeira necessidade. Chávez quer que a Colômbia deixe de ser o principal fornecedor desses bens à Venezuela.

Os brasileiros já descobriram que a voracidade do mercado vizinho chega até a itens insólitos, como goma de mascar, que renderam, em vendas do Brasil à Venezuela, no primeiro semestre, US\$ 1,5 milhão - 400% das exportações do produto no mesmo período do ano passado. O governo venezuelano tem, porém, uma relação de importações prioritárias. E deu ao Brasil uma cópia dessa lista.

No primeiro encontro marcado por Lula com Chávez, no fim do ano passado, para reaproximar os dois governos, que andavam se desentendendo, a ministra do Poder Popular para as Indústrias Leves e do Comércio, Maria Cristina Iglesias, disse francamente às autoridades brasileiras que queria substituir a Colômbia pelo Brasil, como principal fornecedor de gêneros de primeira necessidade. Com a notícia, entregou uma listagem de 88 itens demandados pela Venezuela, encabeçados por carne bovina desossada, fresca ou refrigerada e finalizada por papel, em rolos ou folhas.

Dos quase 90 produtos demandados prioritariamente por Chávez, o Brasil aumentou as vendas - em alguns casos partindo de zero - de quase 30, nos seis primeiros meses do ano. Produtores de grãos, certos plásticos e químicos e alguns metais não se mexeram. Mas no setor de alimentos, que mereceu uma estratégia especial da Associação Brasileira da Indústria de Alimentação (ABIA), o aumento de vendas foi espetacular.

Também foi notável o crescimento das vendas de produtos nunca antes exportados para lá, como cadernos, que pularam quase 1,5 mil por cento, de US\$ 64 mil no primeiro semestre de 2007 para pouco mais de US\$ 1 milhão de janeiro a junho deste ano. O Brasil vendeu US\$ 614 mil em fraldas, absorventes e tampões higiênicos de janeiro a junho de 2007, e passou, neste ano, a vender US\$ 1,5 milhão (quase 140% de aumento).

Venezuelanos compram até goma de mascar

Em pelo menos um caso, o Brasil até foi beneficiado por decisões da Colômbia, onde o governo, preocupado com o apetite do mercado vizinho, chegou a proibir a exportação, à Venezuela, de boi em pé. O Brasil não explorava esse mercado, e já vendeu, em 2008, US\$ 3,5 milhões em bovinos reprodutores. Entre os itens desejados pelos venezuelanos estão até dicionários e enciclopédias, que o Brasil não vendeu. Mas aumentou a venda de papel em rolos ou folhas, de US\$ 90 mil para US\$ 207 mil.

Também ganharam espaço no mercado venezuelano os setores de medicamentos e de higiene e cuidados pessoais. As vendas de "preparações químicas contraceptivas a base de hormônios ou de espermicidas" saíram de US\$1,9 milhão no primeiro semestre de 2007 para US\$ 8,3 milhões no mesmo período de 2008. Sabonetes líquidos ou em creme tiveram as vendas duplicadas, de quase US\$ 430 mil para mais de US\$ 850 mil. E o exemplo dos chicletes mostra que mesmo produtos não prioritários pegaram carona no empenho venezuelano de abrir as alfândegas ao Brasil.

Segundo dados da Abia, cujo presidente, Edmundo Klotz, convocou nova reunião, na quinta-feira, com

empresários e compradores venezuelanos, as exportações de alimentos industrializados cresceram de US\$ 247 milhões para US\$ 677 milhões no primeiro semestre, comparadas ao mesmo período de 2007. Pode-se creditar parte do aumento à alta de preços internacionais, mas o volume exportado também cresceu, 70%, para quase 400 mil toneladas.

A estrela nas exportações é o leite em pó, cujas vendas aumentaram, em valor, quase 1.000% e, em volume, 473% no primeiro semestre. Realizada pela Itambé, a operação emergencial de venda de leite por avião, noticiada, na época, por Alda do Amaral Rocha, no Valor, chegou a pagar, em fretes, o equivalente a quase metade do custo do produto. Segundo o gerente de exportação da Itambé, André Massote, as vendas da empresa cresceram 140% no primeiro semestre de 2008, para quase US\$ 120 milhões. "Se tivéssemos mais produtos, estaríamos vendendo; a procura é grande", diz ele.

As vendas dos sócios da Abia à Venezuela, no ano passado, foram equivalentes, em valor, às exportações ao Reino Unido, e bem mais diversificadas. A exportação de alimentos industrializados ao vizinho equivale a 10% de todas as vendas à União Européia e a 60% das vendas aos EUA. O Brasil já vendeu à Venezuela, até junho, quase tanto quanto em todo o ano de 2005, e não vendeu mais porque o governo Chávez dificulta a importação de bens de consumo mais sofisticados, como automóveis.

Nem tudo é facilidade, porém, e é de se notar que as vendas à Venezuela se beneficiam do colapso no abastecimento local, provocado pelo confronto entre governo e produtores - e também pelo forte crescimento na economia do país, e a venda de alimentos subsidiados em lojas do governo. Há burocracia, corrupção e dificuldades adicionais com o controle de câmbio. Mas, em março, queixas de empresários brasileiros, principalmente pela demora nas autorizações de importação, foram discutidas em reunião bilateral com setor privado e governos, e atendidas, para espanto dos executivos, na própria reunião.

Chávez planeja criar indústrias locais, e aumentar a produção de alimento no país, mas isso não reduz o interesse dos exportadores brasileiros que descobriram o mercado vizinho. Eles têm a política regional a seu favor; o esforço do governo Lula para manter Chávez como aliado mostrou-se, para esses empresários, um ativo inestimável.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Venezuela tenta trocar Colômbia por Brasil. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores.** Brasília, jul. 2008. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=476246

Brasileiros mantêm investimento mesmo com crise na Argentina

O cenário para investimentos estrangeiros que a missão empresarial brasileira encontrará na Argentina não parece muito animador. O governo viveu um conflito com o setor agropecuário durante quatro meses, o qual gerou um locaute do setor, bloqueio de estradas e o desabastecimento.

Mas, mesmo antes da fase atual, o governo da presidente Cristina Kirchner, assim como o anterior, de seu marido Néstor (2003-2007), já aplicava políticas pouco estimulantes aos investidores, como controle de preços e restrições às exportações. Em 2007, o país captou só 5,4% dos investimentos feitos na América Latina.

Além disso, o país (e suas empresas) sofre com a constante ameaça de crise energética, com a crescente inflação e com freqüentes piquetes de trabalhadores e setores insatisfeitos.

Ainda assim, no país só se fala da "invasão brasileira", o boom recente de compras e investimentos de empresas do Brasil no país vizinho. Em maio, a têxtil Santana instalou sua primeira fábrica no norte do país. Em junho, o grupo de publicidade Totalcom anunciou a compra da maior empresa de marketing promocional argentina.

Nos últimos anos, o Brasil entrou forte no mercado local com a compra de empresas tradicionais, como a cimenteira Loma Negra, a cervejaria Quilmes e a empresa de calçados Alpargatas. Segundo relatório da consultoria Deloitte, as empresas brasileiras investiram US\$ 8 bilhões no país desde 2002.

"Alentadas pelas condições financeiras favoráveis, as empresas brasileiras seguem avançando na Argentina entre a tomada de controle de companhias e ampliações de fábricas", diz a Deloitte.

Neste ano, só a Província de Buenos Aires prevê receber US\$ 190 milhões em investimentos brasileiros.

Mas, por que, diante de um cenário tão desfavorável, acontece o tal "avanço brasileiro"? Uma reportagem

recente do jornal "Clarín" atribui a invasão a um certo otimismo característico do povo vizinho.

Na prática, esse otimismo pode ser traduzido por uma visão a longo prazo. "Nós já tivemos o apagão. Olhando em perspectiva, também tivemos as greves do ABC. Ontem, esses mesmos problemas daqui nós sofreremos lá", afirma Humberto de Farias, ex-diretor-geral da cimenteira Loma Negra, empresa do grupo Camargo Corrêa, que investirá cerca de US\$ 100 milhões no país neste ano.

O crescimento da construção civil no país também é um estímulo. "Existe uma demanda de infra-estrutura que permite dizer: há espaço para crescer."

Além de estabelecer perspectivas a longo prazo, a economista da Fundação de Investigações Econômicas Latino-Americanas (Fiel) Marcela Cristini destaca como vantagens para o Brasil o fato de a Argentina ser quase uma extensão do mercado brasileiro e de o país ter comprado empresas a bons preços.

"Além de tudo, tomaram empresas líderes de mercado e escolheram áreas de atuação menos vulneráveis às crises", afirma Cristini. Segundo a especialista, apenas as empresas que compraram frigoríficos na Argentina, que sofrem tanto com a restrição às exportações quanto com a crise do campo, "devem estar pensando duas vezes no que fizeram".

A fórmula de atuar em mercados "seguros" e escolher marcas emblemáticas se confirma no caso da cervejaria Quilmes, controlada pela Inbev, fusão entre a brasileira Ambev e a belga Interbrew.

"Apesar dos fatos recentes, não vemos um cenário de crise", diz um dos diretores da empresa, Mariano Botas.

O cenário argentino também não parece assustador para o publicitário Eduardo Fischer, da Totalcom, que começou a investir no país no auge da crise, em 2002. "Na Argentina, mesmo com crise, há um mercado de consumo, de grife, que se mantém.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Brasileiros mantêm investimento mesmo com crise na Argentina. **Página oficial do Ministério das Relações Exteriores**. São Paulo, ago. 2008. Disponível em:

http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=480739

Adoção de política comum para Aquífero Guarani é recomendada

A adoção de uma política comum do bloco em relação ao uso dos recursos do Aquífero Guarani foi sugerida pelo Parlamento do Mercosul ao Conselho do Mercado Comum, por meio da aprovação de uma proposta de recomendação nesta terça-feira (29). Será criada ainda, pelo Parlamento, uma comissão especial de estudo, análise e comparação das legislações nacionais referentes ao uso, exploração e controle da poluição das águas superficiais e subterrâneas do aquífero.

O Aquífero Guarani é uma das maiores reservas de água doce do planeta e se encontra justamente sob os países que compõem o Mercosul. Ela armazena aproximadamente 55 mil quilômetros cúbicos de água, segundo a exposição de motivos que acompanha o projeto de declaração. E poderia abastecer toda a população mundial por aproximadamente 200 anos.

O Parlamento do Mercosul também declarou seu apoio à realização em Foz do Iguaçu (PR), nos dias 24 e 25 de novembro, do Foro Americano das Águas, promovido pelo governo brasileiro e pelo Comitê Regional das Américas. A proposta contou com o apoio do presidente do Parlamento, deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que sugeriu ainda a realização de um encontro - paralelo ao evento - de parlamentares de todo o continente que tenham interesse pelo tema.

Na terceira semana de setembro, será realizado em Caracas, na Venezuela, um seminário sobre a integração energética sul-americana, segundo outro projeto aprovado nesta terça-feira. O seminário tratará de temas como a situação atual das reservas de petróleo e gás, o impacto da produção de biocombustíveis sobre a segurança alimentar e a adoção de um plano estratégico sobre o tema pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

O Parlamento aprovou ainda uma declaração de apoio ao Grupo do Rio como "mecanismo permanente de consulta, concertação política e solução de conflitos pela via pacífica" e a adesão às comemorações dos 50 anos do Parlamento Europeu. O Parlamento do Mercosul voltará a reunir-se, em Montevideu, nos dias 18 e 19 de agosto.

Regularização fundiária é o principal problema da Amazônia, diz Mangabeira Unger

O ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos e coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), Roberto Mangabeira Unger, afirmou hoje que a regularização fundiária é o problema número um da Amazônia brasileira.

Ele adiantou ainda que pretende organizar uma campanha nacional "para que toda a nação exija uma solução imediata para o problema da insegurança da terra na região".

"Sem tirar a Amazônia da situação de insegurança jurídica em que se encontra, ninguém sabe quem tem o quê, não avançaremos em nada mais", disse ele em entrevista para emissoras de rádio nos estúdios da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

De acordo com o ministro, a tarefa do governo para resolver a questão fundiária na região se resume em três pontos. O primeiro, segundo ele, é que o Estado "tome conta do que é seu", controlando com mais efetividade o domínio das terras públicas. "E para controlá-las é preciso, em primeiro lugar, conhecê-las".

Outra questão é equiparar as organizações federais e estaduais responsáveis por regularizar as terras no país. Mangabeira Unger ressaltou que já está discutindo "alternativas radicais" para reconstruir o sistema administrativo responsável pela situação fundiária da Amazônia.

Incra

Sem entrar em detalhes, ele criticou o desempenho do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na região.

"O Incra é uma organização que não tem os meios suficientes para desempenhar sua tarefa na Amazônia e que tem responsabilidades múltiplas, de reforma agrária e de assentamento. Precisamos focar, na Amazônia, a regularização fundiária. Vou ficar insistindo nisso dia e noite."

Terras

O último ponto, segundo o ministro, é uma mudança no próprio conteúdo da legislação brasileira quanto à regularização de terras. Para ele, nenhum dos grandes países que enfrentaram "um problema fundiário dessa dimensão" conseguiu resolver a questão sem simplificar as leis. "Nós não seremos uma exceção. Temos que organizar um caminho largo e rápido da posse inseguro para a propriedade plena."

Em referência ao desmatamento na Amazônia, Mangabeira Unger destaca que o processo se dá por meio da invasão de terras públicas e ainda pela falta de alternativas voltadas aos pequenos produtores que atuam nas zonas de transição entre a floresta e o Cerrado.

Ele acredita que essas pessoas, muitas vezes, se tornam "uma linha de frente involuntária da devastação", quando deveriam ser convertidas em "um cinturão protetor da floresta". "Para isso, precisam ter alternativas de produção que sejam economicamente viáveis e ambientalmente seguras."

Fonte: AGÊNCIA BRASIL. Regularização fundiária é o principal problema da Amazônia, diz Mangabeira Unger. **Folhaonline**. São Paulo, ago. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u428717.shtml>

Supermercados e padarias tentam reduzir uso de sacolas plásticas

O uso de sacolas mais resistentes que as de plástico está conquistando o consumidor. Padarias e redes de supermercados incentivam os clientes a trazerem a própria embalagem na hora de fazer compras, para reduzir a distribuição de sacolas plásticas e o conseqüente impacto do seu descarte na natureza.

Na Grande São Paulo, 250 padarias já tentam diminuir a distribuição de sacos plásticos. Mais comerciantes do setor devem aderir à iniciativa, de acordo com o Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo (Sindipan-SP).

As artimanhas para cativar o público variam. Folders, cartazes e camisetas usadas pelos funcionários tentam influenciar o cliente a adquirir ou trazer a própria sacola.

O preço médio é de R\$ 7, mas, em algumas panificadoras, o cliente ganha a sacola se gastar acima de R\$ 40. Outros estabelecimentos cobram preços diferentes para quem prefere cartuchos de papel.

Segundo o professor do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Escola Politécnica da USP, Helio Wiebeck, a estimativa atual é de que o plástico leve cerca de 300 anos para se decompor. "Não há um tempo exato, depende da composição, qualidade e umidade do solo, além dos microorganismos presentes no local em que ele for descartado".

Supermercados

Para o vice-presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Martinho Paiva, embora o interesse por embalagens feitas com materiais mais resistentes tenha crescido nos últimos dois anos, a mudança de hábito do consumidor é o principal desafio.

"As pessoas ainda não estão acostumadas a sair de casa levando algo para carregar as compras, e preferem a sacolinha plástica porque podem separar os alimentos dos produtos de limpeza, por exemplo". A Apas calcula que seja possível diminuir o uso do plástico em 10% ainda este ano.

Na rede Carrefour, a venda da sacola reutilizável começou com um projeto-piloto em novembro do ano passado, e atualmente está disponível nas 150 lojas da rede. Os operadores de caixa são orientados a oferecer a embalagem feita de polipropileno, que custa R\$ 2,90, tem 45 cm de largura x 40 cm de altura e capacidade para até 35kg (a de plástico comporta apenas 5 kg). A expectativa é vender 600 mil unidades nos 112 hipermercados e 38 supermercados da rede até o final do ano.

"Queremos diminuir em pelo menos 10% a quantidade de sacolas plásticas distribuídas em nossas lojas ao longo de 2008. Para 2009 e 2010, a meta é reduzir mais 10% ao ano, número que pode subir de acordo com a aceitação do consumidor", conta o diretor de custo e distribuição do grupo Carrefour, Carlos Luccas. Foram doadas para os funcionários 43 mil sacolas reutilizáveis.

A rede Pão de Açúcar comercializa quatro tipos de sacolas, entre elas as acopláveis (que se encaixam no carrinho) e as de lona, com maior durabilidade. Os preços variam de R\$ 3,99 a R\$ 15,60. Mais de 200 mil unidades já foram vendidas em 145 lojas de nove Estados.

De acordo com o diretor de relações corporativas e responsabilidade socioambiental do Grupo Pão de Açúcar, Paulo Pompilio, o projeto começou em 2005 com o lançamento de quatro modelos, e parte da renda foi destinada à Fundação SOS Mata Atlântica. A venda de sacolas retornáveis nos outros supermercados do grupo (Comprebem e Extra) deve acontecer até o final deste ano.

Fonte: PEREIRA, Jonathan. Supermercados e padarias tentam reduzir uso de sacolas plásticas. **Folhaonline**. São Paulo, ago. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u432064.shtml>

STJ inicia semestre com julgamentos de grande repercussão

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) retoma nesta sexta-feira (1º) os julgamentos nos órgãos colegiados. A sessão da Corte Especial, a partir das 14h, marca o início do semestre forense. E os próximos meses prometem ser de muito trabalho para os ministros do Tribunal. Temas de grande repercussão na sociedade brasileira estarão em pauta já nas primeiras semanas. Logo no dia 5 de agosto, deve ser julgado o processo do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves. E, no dia 7, o processo de Suzane Louise von Richthofen. Confira o que vem por aí.

Pimenta Neves

A possibilidade de realização de um novo júri para o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves está na pauta do STJ. Está previsto para o dia 5 de agosto, na Sexta Turma, o início da apreciação do recurso especial em que o jornalista alega nulidades no julgamento que o condenou pela morte da ex-namorada Sandra Gomide, em 2000. A relatora é a ministra Maria Thereza de Assis Moura. O Ministério Público Federal deu parecer favorável à realização de novo júri a Pimenta Neves (REsp 1012187).

No mesmo dia, está incluído na pauta da Quarta Turma o recurso em que Suzanne Richthofen contesta a liberação apenas para o irmão, Andreas, de bens deixados em herança pelos pais assassinados, no valor de quase R\$ 800 mil. O relator é o ministro Fernando Gonçalves (REsp 1052134).

Richthofen

Na sessão do dia 7 de agosto, o ministro Nilson Naves, da Sexta Turma, leva seu voto-vista sobre a possibilidade de redução de pena de Suzane Richthofen, condenada pelo assassinato dos pais. O habeas-corpus discute se pode ser aplicada a atenuante de confissão (HC 102242).

Escutas telefônicas

O julgamento do habeas-corpus que pode alterar o entendimento do STJ a respeito do limite de prorrogações de escutas telefônicas está interrompido na Sexta Turma. Há precedentes no Tribunal segundo os quais é possível prorrogar a interceptação tantas vezes quantas forem necessárias, desde que fundamentadas. No entanto, o relator, ministro Nilson Naves, entende que estender indefinidamente as prorrogações não é razoável, já que é de 30 dias o prazo máximo para escuta. O ministro Paulo Gallotti pediu vista do processo mas não há data prevista para a retomada do julgamento (HC 76686).

Cacciola

A Sexta Turma também analisará os habeas-corpus do ex-banqueiro Salvatore Cacciola, cuja relatora é a desembargadora convocada Jane Silva. Não há data para os julgamentos. Num dos pedidos, a defesa quer a proibição do uso de algemas em Cacciola, inclusive nos deslocamentos no interior de fóruns (HC 111112). Noutros dois habeas-corpus, a defesa quer que o ex-banqueiro seja colocado em liberdade, enquanto aguarda julgamento (HC 111111 e HC 111320). Não há data prevista para esses julgamentos.

Violência

O caso dos jovens que agrediram uma empregada doméstica no Rio de Janeiro deve ter decisões neste semestre (RHC 23481 e RHC 23652). O relator é o ministro Og Fernandes. Ainda é esperada a conclusão de um dos julgamentos que discute a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), sobre violência doméstica. A análise do habeas-corpus encontra-se suspensa por um pedido de vista do ministro Paulo Gallotti (HC 96992). A relatora, desembargadora convocada Jane Silva, entende que, em se tratando de lesões corporais leves e culposas praticadas no âmbito familiar contra a mulher, a ação é, necessariamente, pública e incondicionada. O ministro Nilson Naves, ao votar, divergiu do entendimento da relatora.

Imposto de Renda

Na Segunda Turma, os ministros estão analisando um recurso que pode mudar o entendimento do Tribunal sobre a isenção ou retenção de imposto de renda por quem paga indenizações a título de danos morais. A relatora, ministra Eliana Calmon, afirma que não incide IR, mas a posição contraria o precedente da Primeira Turma, que também analisa questões de Direito Público. O ministro Castro Meira está com vista do processo (REsp 686920).

Lixo de São Paulo

Também na Segunda Turma, deve ser levado a julgamento no dia 12 de agosto o recurso especial que discute a condenação das empresas CBPO Engenharia e Construtora Norberto Odebrecht por improbidade administrativa em razão de um contrato de limpeza pública em São Paulo. Teriam sido celebrados 15 termos aditivos, com serviços não contratados, o que elevou o valor pago. Também são réus dois ex-diretores do Departamento de Limpeza da cidade na gestão Celso Pitta (REsp 1021851).

Jango

Na Terceira Turma, ficou para o segundo semestre o julgamento do recurso ordinário em que a família do ex-presidente João Goulart discute a possibilidade de pedir indenização aos Estados Unidos por danos morais e materiais sofridos em decorrência do golpe militar de 1964. O ministro Sidnei Beneti, cujo pedido de vista interrompeu a apreciação reiniciada em março deste ano, entendeu que uma discussão dessa importância deve ser feita com mais calma. Não há data para a retomada do julgamento (RO 57).

União homossexual

O reconhecimento de união entre homossexuais sob a ótica do Direito de Família está em discussão pela primeira vez e será julgado na Quarta Turma. A possibilidade, até então, vinha sendo reconhecida pelo tribunal sob o aspecto patrimonial. O julgamento encontra-se empatado e deve voltar à discussão nas próximas sessões. Falta o voto do ministro Luís Felipe Salomão, que ingressou no STJ em junho. O casal alega viver junto desde 1988, de forma duradoura, contínua e pública. O objetivo principal é conseguir, a partir do reconhecimento da união, visto de permanência no Brasil para um deles, que é canadense. (REsp 820475).

Momento de reflexão sobre a Lei Seca no Judiciário. A 1ª Turma Criminal do TJDFT decidiu ontem, 7/8, considerar válido o exame clínico para comprovar a embriaguez. A decisão foi tomada por maioria de votos, numa composição de quórum diferente das anteriores. A conclusão também não é a mesma que vinha sendo tomada pelo colegiado até então. Nos casos anteriores, Desembargadores da mesma Turma entenderam que os testes do etilômetro (bafômetro) e de sangue eram os únicos meios para se aferir a quantidade de álcool permitida pela nova lei.

O caso analisado envolve um servidor do Senado Federal detido por uma blitz na 910 Sul, em abril. De acordo com os policiais, o motorista estava em visível estado de embriaguez: derrubou uma série de cones, parou no lugar errado e ainda desacatou os agentes de trânsito. Ele não se submeteu ao teste do bafômetro. Pagou fiança de R\$ 2 mil e foi liberado.

As conclusões do exame clínico feito pelo IML foram todas negativas para o motorista. Conforme laudo do instituto, o condutor tinha equilíbrio estático, orientação, memória e coordenação motora alterados. Além disso, mostrou-se agressivo no momento da abordagem e tentou fugir do local a pé.

Pelo resultado do julgamento, a Ação Penal movida contra o servidor continua tramitando, já que a maioria optou pelo não trancamento, negando o pedido do autor. Segundo os Desembargadores, seria uma “ingenuidade” pensar que todo motorista que dirige sob efeito de álcool queira se submeter ao teste do bafômetro. Por outro lado, diante de sinais visíveis de embriaguez, não seria razoável concluir que o motorista não estaria dirigindo bêbado.

A nova interpretação dada pela Turma leva em conta o artigo 277 da própria Lei nº 11.705/08, que alterou o Código de Trânsito Brasileiro. Essa parte da norma diz que a infração poderá ser caracterizada pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas admitidas em direito, acerca dos “notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor” apresentados pelo condutor.

Fonte: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Desembargadores consideram exame clínico válido para comprovar embriaguez. **JusBrasil Notícias**. Brasília, ago. 2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/93024/desembargadores-consideram-exame-clinico-valido-para-comprovar-embriaguez>

Contato

Bernardo Pablo Sukiennik
(61) 8409-0339
pablo.s@brturbo.com.br

Rafaela Silva Brito
(61) 8121-9556
rafaelabritoadv@yahoo.com.br

Para solicitar sua remoção do cadastro, envie, por meio de seu e-mail, uma mensagem em branco para o remetente.